

Ata da Reunião Ordinária do CERMA/PR – 28/03/2019

No vigésimo oitavo dia do mês de março de dois mil e dezenove, às 8h30, no Palácio das Araucárias – Rua Jacy Loureiro de Campo s/n, Sala de Gestão, nesta capital, foi realizada a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR. Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia: **Titulares Governamentais:** João Guilherme de Mello Simão (SEJU), Lucimar Pasin de Godoy (SESA), Tamara Zázera Rezende (SEDS), Joice Barbaresco (SEED), Mônica Mesiter Grabarski (SESP) e Elietti de Souza Vilela (SEEC). **Suplentes Governamentais:** Regina Bley (SEJU), Andressa Cristina Busato (SEDS), Yuri Roesler da Cunha Rodrigues (SESP) e Luiz Carlos Brugnera (SEEC). **Titulares da Sociedade Civil:** Andressa Gongora Barboza (ARAS/Cáritas Maringá), Cassiana Kreher (Aldeias Infantil SOS Brasil), Deusa Rodrigues Favero (Cáritas Arquidiocesana de Londrina), Marcia Terezinha Ponce (Cáritas Brasileira Regional Paraná) e Juliana Mara da Silva (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS). **Suplentes da Sociedade Civil:** Fabricia Laís Pigaiani (Cáritas Arquidiocesana de Londrina), Marcos Vinicius Regazzo (Cáritas Brasileira Regional Paraná) e Inês Facioli (Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM Francisco Beltrão). **Colaboradores (as) e Convidados (as):** Tatyana Friedrich (UFPR – Cátedra Sérgio Vieira de Mello), Catrin Cramer (COOP Mediadores), Vitor Jaspén (UFPR), Pedro Abrantes Martins (UFPR), Laís Almeida Mota (UFOPA/UFPR), Luiz Carlos Brugnera (SEEC), Roselene Sonda (MPPR/CAOPJDH) e Gabriela C. Teixeira (CRP).

1. Abertura – Período da Manhã: Célia Baptista deu as boas vindas aos presentes e solicitou que os antigos e novos Conselheiros se apresentassem, assim como todos os convidados. O Conselheiro Guilherme de Abreu e Silva informou sobre a criação de uma Superintendência Geral de Interação e Diálogo Social, vinculada à Governadoria, que terá a função de congregar todos os Conselhos do Estado. A Conselheira Regina Bley declarou que o Secretário Ney Leprevost não pôde comparecer à reunião dar as boas vindas aos novos Conselheiros pois se encontrava em viagem a Londrina. O Conselheiro Cesar destacou a importância da representação da SESP nas reuniões. O Conselheiro João Guilherme questionou Guilherme Silva sobre a reforma das Secretarias, pois isso afetará a discussão no Conselho sobre as representações governamentais. Célia Baptista declarou que seria importante rever a Lei do Conselho, bem como o Regimento Interno e os temas de suas comissões. Ainda, ressaltou a importância da realização de reuniões descentralizadas e que a gestão anterior do CERMA havia previsto Paranaguá e Cascavel como os próximos municípios a receberem reuniões descentralizadas deste Conselho. Na sequência, sugeriu a criação de um grupo permanente de visitas rotineiras a unidades de acolhimento a refugiados, migrantes e apátridas do Estado. Por fim, ressaltou a importância de o Conselho se atentar ao inciso I do artigo 3 da Lei do CERMA: “avaliar, deliberar e participar da elaboração das políticas públicas estaduais destinadas à promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas”, isso junto às Secretarias de Estado.

2. Posse dos novos membros do CERMA: A Conselheira Tamara fez a leitura do termo de posse e convidou os novos Conselheiros presentes a assiná-lo. A Conselheira Marcia Ponce perguntou se todos os Conselheiros governamentais e sociedade civil estavam presentes. João Guilherme informou que todos os Conselheiros foram contatados sobre esta reunião, porém, o representante titular e suplente do CONIPA não se encontram no Brasil e as representantes da SESA estavam participando de reuniões de outros Conselhos, sendo que posteriormente poderão comparecer. A Conselheira Tamara informou que faltaram as representações da SEEC, SETI e CONIPA.

3. Eleição da Mesa Diretiva para o mandato 2019-2021: Célia deu continuidade à pauta com a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação pelo Presidente do Secretário-Geral do CERMA. A Conselheira Tamara informou que a Mesa Diretora será eleita por maioria simples, dentre Conselheiros Titulares de cada segmento, governamental e sociedade civil, somente na ausência deste o suplente poderá votar. Ainda, informou que o Presidente será eleito pela Sociedade Civil e o Vice-Presidente pelos Conselheiros Governamentais. Nos próximos 20 minutos, tanto os representantes da Sociedade Civil, quanto os Conselheiros Governamentais se reuniram para definir

quem representará a Mesa Diretora. Após o diálogo entre os Conselheiros, ficou definido como Presidente a Marcia Terezinha Ponce, representante da Cáritas Brasileira Regional Paraná e Vice-Presidente o Dr. Yuri Roesler da Cunha Rodrigues, representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP). Na sequência foi solicitado à Presidente uma indicação para Secretário-Geral. Marcia Ponce tomou a palavra, agradecendo ter sido eleita como Presidente do Conselho e indicou para assumir a cadeira de Secretário-Geral, o Conselho Regional de Psicologia do Paraná, sendo como representante a Conselheira Ana Sofia Guerra. A palavra foi passada ao diretor-geral da SEJUF, Adayr Cabral Filho, que deu as boas vindas a todos os Conselheiros, o diretor explicitou que a prioridade da nova gestão da Secretaria são os Conselhos. Ainda, discorreu que foi solicitado às Secretarias que não apenas indicassem um representante para assinar a lista de presença, mas para indicar um membro que realmente atuasse no Conselho para fazer a diferença. O diretor Adayr, colocou-se à disposição do Conselho e de todos os membros. Na sequência, Marcia Ponce tomou a palavra e fez uma breve apresentação sobre sua trajetória no CERMA e na Cáritas, abordou que a luta do Conselho é garantir que as pessoas tenham voz e possam reivindicar seus direitos como migrantes. O Vice-Presidente Yuri declarou ter sido uma surpresa sua indicação para o Conselho e estava honrado pela indicação como Vice-Presidente. A Secretária-Geral, Ana Sofia, discorreu sobre sua experiência relacionada à política para refugiados, declarou estar honrada pela confiança dos colegas ao indicá-la para a função e demonstrou disposição para auxiliar com o que for possível para o funcionamento do Conselho. A Presidente Marcia agradeceu e destacou o empenho e o trabalho da gestão e Mesa Diretora anterior. Ainda, destacou que o caráter pioneiro do CERMA enquanto Conselho Estadual é também um desafio, uma vez que não existe uma instituição semelhante em esfera nacional e municipal, e, como a política pública se concretiza nos municípios, os indicativos e propostas do CERMA não se concretizam sem que haja nos municípios pessoas e instâncias dispostas a efetivá-las. Por este motivo, destacou a do. O Conselheiro João Guilherme solicitou a inclusão na pauta a aprovação das atas de outubro e novembro de 2018. A Conselheira Regina apontou que para a aprovação das atas seria preciso realizar a leitura das mesmas. A Conselheira Andressa solicitou a inclusão de um ponto de pauta para a discussão das viagens para os Conselheiros do interior do Paraná. O Conselheiro João Guilherme informou que nos informes, durante a tarde, a servidora Bruna faria uma fala explicativa sobre os trâmites de viagem para os Conselheiros. A Conselheira Regina informou que a fala da Bruna incluirá também a questão da solicitação de viagem, cartão corporativo e prestação de contas. A Conselheira Tamara colocou duas opções para aprovação das atas, a primeira sendo a aprovação entre os membros que estava presentes nas reuniões, não abrangendo todos os presentes pois nem todos foram reeleitos ou reconduzidos, e a segunda sendo o encaminhamento das atas via e-mail e sua aprovação deste modo. O Conselheiro Cesar solicitou que as atas sejam encaminhadas por e-mail a todos, mas sua aprovação seja feita na próxima reunião plenária do CERMA. Ainda, sugeriu aos novos Conselheiros a leitura das atas anteriores, disponíveis no site da SEJU.

4. Definição da Agenda de Reuniões do CERMA em 2019: A Presidente Marcia indagou se existia uma proposta de cronograma de reuniões elaborado pela gestão anterior para ser aprovado. Elizete informou que foi decidido que a nova gestão elaboraria seu próprio cronograma de acordo com as disponibilidades dos Conselheiros. A Conselheira Ana Sofia sugeriu que as reuniões sejam mantidas nas terceiras quintas-feiras do mês. Célia declarou que deve ser considerado o calendário de reuniões dos demais Conselhos, pois isso interfere na velocidade de degravação dos áudios e elaboração das atas, motivo pelo qual as atas das reuniões de outubro e novembro de 2018 não ficaram prontas a tempo de serem aprovadas pela gestão anterior do Conselho. A Conselheira Andressa apontou que muitos Conselheiros da Sociedade Civil são ligados à Cáritas e possuem atividades que coincidirão com as terceiras quintas-feiras dos meses de maio, julho e agosto, deste modo, sugeriu que a Mesa Diretora analise os calendários institucionais e, nos meses em que as reuniões coincidam com atividades das instituições, as reuniões sejam realizadas na quinta-feira seguinte ou anterior à data prevista.

Elizete relatou que deveria ser decidido também se seria mantido o regime de reuniões com apenas um dia de duração ou se seriam realizadas reuniões com mais dias em alguns meses. O Conselheiro João Guilherme propôs que fosse inserido no cronograma de reuniões, no momento de sua elaboração, a realização de reuniões descentralizadas. A Presidente Marcia concordou com a sugestão da Conselheira Andressa de a Mesa Diretora discutir e elaborar o cronograma de reuniões. A Conselheira Regina apontou que não é possível compatibilizar as agendas de todas as instituições e solicitou que fosse evitada a aprovação de documentos e encaminhamentos via e-mail. A Conselheira Tamara propôs, então, que a data da próxima reunião seja definida nesta plenária e que a Mesa Diretora encaminhasse, via e-mail, duas propostas de calendário de reuniões para aprovação na próxima plenária do CERMA. Elizete e o Conselheiro Cesar destacaram a disponibilidade de espaço para a realização das reuniões como um fator a ser considerado na elaboração do calendário. O Conselho aprovou a proposta da Conselheira Tamara. O Conselheiro João Guilherme solicitou que a Mesa se reúna com urgência para agilizar a reserva das salas para as reuniões. A Presidente Marcia sugeriu a data de 25 de abril para a próxima reunião do CERMA. Ainda, declarou que na reunião da Mesa levará em consideração as reuniões descentralizadas e fará proposições de municípios onde estas serão realizadas. Ficou definido que as reuniões serão realizadas na penúltima quarta-feira e quinta-feira dos próximos meses. Este ponto de pauta foi deliberado pelo Conselho. **5. Organização das Comissões Permanentes:** A Presidente Marcia ponderou que é necessário avaliar as Comissões que foram instituídas no Conselho, com o intuito de avaliar o trabalho que estão fazendo e caso não tenham obtido algum avanço em relação à política, sugeriu que algumas mudanças poderão ser feitas. João Guilherme discorreu que desde o ano passado já existia uma proposta de mudanças no Regimento para que houvessem melhorias no trabalho das Comissões. A Conselheira Ana Sofia, discorreu que de acordo com o Regimento, o CERMA possui 4 Comissões, sendo a Comissão Permanente de Comunicação e Eventos, Comissão Permanente de Denúncia e Garantia de Direitos, Comissão Permanente de Gestão de Informação e Comissão Permanente de Monitoramento de Políticas Públicas. Ainda, citou que em 2018 as reuniões da Comissão de Comunicação e Eventos e a Comissão Gestão de Informação fizeram seus encontros de maneira conjunta, por este motivo, considerou a importância de decidir quem serão os Conselheiros que farão parte de cada Comissão e se todas serão mantidas. A Presidente Marcia concordou com a fala da Ana Sofia e adicionou que seria interessante se um representante de cada Comissão fizesse uma apresentação e se os trabalhos realizados em 2018 tiveram um avanço relevante. Ainda, discorreu que neste primeiro semestre não serão realizadas mudanças na Lei, mas será avaliado a partir de um levantamento de dados das Comissões o que poderá ser alterado futuramente. A Conselheira Andressa tomou a palavra e citou que na Comissão que participava, a de Comunicação e Eventos, era a única pessoa que comparecia nas reuniões, sendo que isso ocorreu durante um ano e meio. Ponderou que esta Comissão tem uma forte ligação com a Secretaria de Justiça, visto que para fazer qualquer solicitação é necessário recursos da SEJUF. Por este motivo, ponderou que esta Comissão não deveria existir, pois as questões que tratava podem ser abordadas no geral pelas outras Comissões ativas. João Guilherme sugeriu que enquanto não houver as mudanças, é necessário ver quem participará de cada Comissão. A Conselheira Tamara discorreu que as Comissões serão compostas por 4 Conselheiros ou mais. Discorreu que a divisão de membros para cada Comissão seja realizada ainda nesta reunião, de acordo com o interesse de cada um. A Presidente Marcia discorreu que em 2018 houve muitas dificuldades em encaminhar as propostas das Comissões e sugeriu que para 2019 é necessário o fortalecimento e comprometimento de todos para que as ações sejam efetivadas, visto que a migração é um tema bastante dinâmico e o CERMA precisa caminhar no mesmo ritmo. O Conselheiro João Guilherme discorreu que as Comissões podem ser efetivadas nesta reunião, elegendo seus membros e, deliberar uma nova Comissão para trabalhar a revisão do Regimento e da Lei, com a perspectiva nas mudanças a serem realizadas. Tamara sugeriu que esta seja uma Comissão Temática, dessa forma, os membros que participam das permanentes, também, poderão compor a

temática. A Conselheira Elizete sugeriu que outras pessoas, colaboradores que não são Conselheiros, possam participar desta Comissão Temática, assim auxiliariam nas questões do Regimento. A Conselheira Tamara, leu no Regimento que as Comissões do Conselho serão sempre compostas por Conselheiros Titulares e/ou Suplentes, onde terão direito a voto, pois são integrantes oficiais, os demais participantes terão apenas o direito da voz. A Presidente Marcia sugeriu fazer o encaminhamento dos Conselheiros para cada Comissão, a fim de deliberar este ponto. A Conselheira Tamara lembrou que não estavam presentes representações da SEEC e CONIPA. Mario Hélio informou que os representantes da SEEC chegariam no decorrer da reunião. Se dispuseram a compor a Comissão de Comunicação e Eventos a SETI, SEEC, ARAS e CONIPA. Compõem a Comissão de Denúncia e Garantia de Direitos a Casa Civil, SESP, SEJU, SOS Aldeias Infantis e CRESS. Comissão de Gestão da Informação ficou composta por SEET, SEDS, Cáritas Diocesana de Londrina e Pastoral do Migrante de Curitiba. Compõem a Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas as seguintes cadeiras SESA, SEED, Cáritas Brasileira Regional Paraná, Serviço Pastoral dos Migrantes e CRP. Sobre a Comissão para alteração do Regimento Interno, foi sugerido que os Conselheiros, primeiramente, lessem o Regimento atual e que em uma reunião posterior colocassem seus apontamentos sobre o documento e que a Comissão fosse composta na referida reunião. Ainda, para evitar desentendidos, foi sugerida substituição de Comissão Temática por Grupo de Trabalho. O Conselheiro Guilherme apontou que com a reforma administrativa do Governo do Estado haverá a necessidade de alteração da Lei do CERMA para manutenção da paridade e declarou que o trabalho de adequação da Lei poderia ser agilizado por este Grupo de Trabalho. A Conselheira Tamara lembrou que a reunião seguinte do CERMA aconteceria só depois de um mês e essa discussão poderia ser adiantada se o GT fosse formado agora. Ainda, sugeriu que o GT fosse formado por membros reconduzidos da gestão anterior e que as sugestões feita pela mesma fossem usadas como ponto de partida para o debate. A Presidente Marcia lembrou não-Conselheiros poderiam participar do GT. Foram indicados para compor o GT: Elizete Oliveira, Tatyana Friedrich da UFPR, equipe do Deputado Goura pela ALEP, a Conselheira Deusa, SEJU, Casa Civil e MPPR. O Conselheiro João Guilherme apontou que o GT poderá solicitar o eventual apoio de outros órgãos. A Conselheira Tamara lembrou a necessidade de definir o Coordenador e Relator de cada Comissão. A Presidente Marcia sugeriu que isso fosse definido pelas próprias Comissões na reunião seguinte do Conselho. O Conselheiro João Guilherme solicitou que fosse decido o Coordenador e Relator do GT para dar celeridade aos trabalhos. Ainda, candidatou a SEJU à função de coordenação do GT para que a reunião pudesse ser convocada rapidamente.

6. Apresentação Relatório da Conferência Temática do CERMA: João Guilherme relatou que, em uma conversa com a antiga Mesa Diretiva, percebeu-se a falta de dados precisos sobre temas relevantes. A Conselheira Tamara, porém, resgatou os relatórios dos grupos de trabalho. Também, iniciou seu relato declarando que se tratou de uma Conferência Temática atípica, uma vez que não foi convocada por uma Conferência Nacional. Lembrou, ainda, que a eleição para os membros da Sociedade Civil ocorreu na Conferência. E que no relatório da Conferência consta apenas o levantamento dos pontos deliberados no dia do evento, além disso, foram elaboradas propostas de agregamento de propostas similares e a votação de todas. A Presidente Marcia discorreu que houve, também, a participação do Ministério Público para analisar o que, de fato, foi executado. O Conselheiro Guilherme tomou a fala e sugeriu fazer a leitura do relatório, pois há novos membros no Conselho e assim possibilita a compreensão do que foi discutido e aprovado anteriormente. Foi sugerido que o relatório da Conferência fosse enviado, por e-mail, para todos os Conselheiros. A leitura do documento foi realizado de maneira dinâmica, sendo que cada Conselheiro leu um trecho do relatório. Grande parte das propostas que dizem respeito ao eixo da educação já estão sendo encaminhadas, porém será feito uma investigação para confirmar esta informação. A Conselheira Lucimar discorreu que as propostas que foram discutidas na Conferência foram retiradas de um GT, portanto não podem ser alteradas, ponderou que no momento o Conselho está se apropriando de um material que foi discutido em uma Conferência e futuramente a SEJUF

deve encaminhar as propostas a todas as Secretarias, respeitando o que pode ser feito. Por fim, sugeriu fazer um Plano do CERMA. A Conselheira Joyce, sugeriu verificar qual a proposta de trabalho desta reunião, se é apresentar o relatório e fazer comentários ou iniciar uma discussão de cada proposta que já foi votada anteriormente. Tamara respondeu que está sendo apresentado um relatório com propostas votadas anteriormente, sem possibilidade de alteração. A leitura do relatório foi retomada pelo Conselheiro João Guilherme. A Presidente Marcia propôs que a partir da próxima reunião seja pensado em uma pauta que convide, para cada encontro do CERMA, um representante de uma Secretaria, assim pode ser discutido o que diz respeito àquele eixo, identificando a efetividade das propostas e deliberações. Reforçou que as Secretarias encaminhem uma pessoa que tenha poder de decisão. A Conselheira Lucimar ponderou que as Secretarias ainda estão em reestruturação, desta forma, podendo ser inviável que todas as Secretarias respondam o convite para encaminhar uma pessoa nas reuniões. Ainda discorreu que todos os Conselheiros Governamentais que fazem parte do Conselho, estão representando as Secretarias e têm o poder de discussão, visto que os pontos de pauta são encaminhados aos responsáveis das Secretarias para trazer ao Conselho uma resposta. A Presidente Marcia discorreu que na próxima reunião esta proposta será aprimorada, analisando como será feito o convite às Secretarias.

7. Apresentação de Proposta de Capacitação para Agentes da Rede – Dra. Cristiane Sbalqueiro: A Presidente Marcia agradeceu a presença da Dra. Cristiane e passou a palavra para a convidada. A Dra. Cristiane se apresentou e discorreu que a Escola Superior do Ministério Público da União (MPU) está com um projeto de Capacitação a Refugiados e Migrantes. Foi estabelecido que nos dias 8 a 10 de maio ocorrerá eventos que pretendem articular a Sociedade Civil junto com os órgãos que integram a rede, para debater os temas que envolvem os migrantes. Ainda, convidou a todos para fazer parte deste projeto. Na sequência enviou a proposta com a apresentação para o e-mail do DEDIHC/SEJU e iniciou a leitura para os Conselheiros. Cristiane explanou que capacitação será composta por uma oficina para a imprensa e uma oficina de media training para as instituições que trabalham com a questão da migração ao longo do dia 8. O dia 9 será voltado para um simpósio aberto à sociedade, com uma mesa composta por autoridades seguida por uma mesa composta por migrantes, porém, relatou que foi proposto pela Conselheira Regina a inversão dessa programação e que o simpósio começasse com a fala dos migrantes e para isso solicitou o apoio do CERMA. Também, declarou que o contexto da migração em Curitiba possibilita muitas trocas entre o Ministério e as entidades e os migrantes, enriquecendo a discussão. Relatou que as oficinas pensadas até agora para debater alguns temas mais profundamente são: Direitos Laborais e Prevenção ao Trabalho Escravo; Atuação da Rede Local; Saúde Mental em Matéria de Migração; Aspectos Gerais da Nova Lei de Migração; e Gênero, Direitos Humanos e Matéria Migratória. Ainda, solicitou a indicação de capacitadores com perfil e atribuições que possam colaborar nos debates a serem realizados e que tem como público-alvo gestores municipais, membros de ONGs e entidades e lideranças migrantes. Por fim, solicitou o contatos de todos os Conselheiros para incluí-los na organização do evento. A Conselheira Andressa questionou se poderiam ser indicados nomes de lideranças migrantes do interior do Estado e se a instituição teria recursos para custear as viagens e diárias. Cristiane informou que a instituição não possui recursos para trazer essas pessoas para Curitiba mas que se poderia buscar outros meios para que isso ocorra. A Presidente Marcia apontou que a SOS Aldeias Infantis e a Cáritas possuem parcerias com a OIM e ACNUR e podem tentar intervir e solicitar recursos para as viagens. Elizete questionou se o projeto pensa em algum município do interior do Estado para receber um evento similar. Cristiane relatou que conseguiu inserir Foz do Iguaçu na programação mas que esta é, por ora, a única cidade não-Capital a participar da iniciativa. A Conselheira Regina sugeriu que um momento desta capacitação fosse realizado na Sala de Gestão devido ao equipamento que possibilita a conexão por videoconferência com os 24 escritórios regionais espalhados por todo o Estado, pois qualquer debate sobre uma política estadual não pode se concentrar apenas na Capital e sua região metropolitana. Ainda, indagou se existia um prazo para abertura das

inscrições para a capacitação, visto que havia cerca de um mês até o evento. Cristiane respondeu que as inscrições seriam abertas em cerca de uma semana, assim que o edital do evento fosse publicado. Regina declarou que o evento teria todo o apoio da SEJUF e declarou que, visto o prazo exíguo, todos os presentes teriam o compromisso de ajudar na divulgação do mesmo. A Presidente Marcia agradeceu a presença da Dra. Cristiane. Elizete lembrou que as escolas e Universidades que oferecem aulas de língua portuguesa aos refugiados, migrantes e apátridas podem colaborar na divulgação. **8. Informes:** Bruna Busquim, servidora da SEJUF, informou aos Conselheiros sobre os trâmites para confecção do cartão corporativo, necessário para o custeio de viagens por parte do Estado para os Conselheiros. Iniciou sua fala declarando que os membros governamentais que ainda não possuísem o cartão deveriam solicitá-lo às suas Secretarias de origem. Para os membros da Sociedade Civil, solicitou o envio para seu e-mail de uma cópia do RG e CPF de cada Conselheiro, que serão encaminhados ao Departamento Financeiro da SEJUF que solicitará a emissão do cartão. Bruna comunicou que, de 5 a 10 dias após a solicitação, o Conselheiro deverá se dirigir a uma agência do Banco do Brasil para cadastrar uma senha para o cartão. Feito isso, o cartão físico será entregue na sede da SEJUF em mais 20 dias úteis e os cartões serão encaminhados por Bruna via Correios aos Conselheiros. Sobre o ressarcimento dos custos de viagem para essa primeira reunião, Bruna lembrou os Conselheiros que as vias originais das passagens e recibos deveriam ser entregues a ela e o relatório de viagem deveria ser preenchido e assinado. A Conselheira Inês indagou se o cartão deveria ser feito por titulares e suplentes. Bruna informou que o cartão deve ser solicitado por ambos os Conselheiros da Secretaria ou entidade, inclusive das de Curitiba pois o cartão será necessário para as reuniões descentralizadas, e informou que o ressarcimento de gastos foi liberado pelo Estado, a princípio, apenas para esta primeira reunião do Conselho, sendo necessário o cartão corporativo para solicitar viagem a partir da segunda reunião. Ainda, declarou que os Conselheiros que não puderem deixar todos os comprovantes originais ou passagens de retorno a suas cidades, poderão encaminhar cópias por e-mail para agilizar o ressarcimento e encaminhar os originais via Correios, que devem ser postados dentro do prazo de 48 horas. A Conselheira Regina declarou foi uma luta árdua para conseguir a emissão de cartões corporativos aos Conselheiros para que os mesmos tivessem maior liberdade. Ainda, ressaltou que após a regulamentação pelo Governo do Estado do uso do cartão corporativo, não se pratica mais a modalidade de ressarcimento, salvo em casos especiais como esta primeira reunião onde os Conselheiros ainda não tinham o cartão. Na sequência, ressaltou que o prazo regulamentado para prestação de contas das viagens é de dois dias úteis após o término da viagem. Bruna informou que as solicitações de viagem devem ocorrer com, no mínimo, uma semana de antecedência e que para ter direito à hospedagem o Conselheiro deve chegar em Curitiba na noite anterior à reunião. Em relação às passagens de avião, o pedido só será aprovado se o valor dela foi igual ou inferior a passagem de ônibus e se a solicitação de viagem for feita com no mínimo dez dias de antecedência. Após a aprovação da solicitação de viagem, Bruna comunicará os Conselheiros via e-mail os valores liberados e o prazo máximo para prestação de contas. Na sequência, informou que o cartão não é utilizável na função débito e que o dinheiro deve ser sacado pelo Conselheiro em um caixa eletrônico, com limite de saque em R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia, e que é muito importante fazer a impressão do comprovante de saque. Ainda, declarou que os Conselheiros que possuem conta no Banco do Brasil podem transferir o dinheiro direto para sua conta, sem necessidade de saque mas o comprovante de transferência deve ser guardado. Para a prestação de contas, é necessário apresentar as vias originais das passagens ou comprovante de embarque de ida e volta; recibos de táxi ou aplicativos de transporte sem rasuras ou uso de canetas de cores diversas, nome do Conselheiro e do motorista, assim como a placa do veículo; o comprovante de saque do cartão corporativo, o relatório de viagem; e o comprovante de depósito, quando necessário. Os gastos com hospedagem e alimentação não entram na prestação de contas, mas caso o valor disponibilizado para passagens e traslado não seja usado totalmente, o valor restante deve ser ressarcido ao Estado. Regina lembrou que se a prestação de contas não for feita a

solicitação de novas viagens fica bloqueada até o cumprimento da obrigação. A Conselheira Andressa propôs a redação de uma carta em favor dos Conselheiros do interior voltarem a ter o direito de receber meia diária de hospedagem quando chegam em Curitiba na madrugada ou na manhã da reunião, pois isso possibilita ao Conselheiros tomar banho e descansarem para poderem comparecer a reunião revigorados, uma vez que não podem chegar em Curitiba na noite anterior a reunião pois prejudicaria as entidades onde trabalham e as quais representam neste Conselho. Ainda, declarou que isso configura uma tentativa de impedir a sociedade civil de participar das reuniões, uma vez que metade das entidades são do interior. A Conselheira Regina declarou que esta é uma solicitação válida mas que a colocação de que essa medida buscaria inviabilizar a participação dos Conselheiros da sociedade civil não é verídica na medida em que o mesmo critério se aplica aos servidores públicos. Neste sentido, sugeriu que este pedido seja feito ao Diretor-Geral da SEJUF. A Conselheira Andressa requisitou o endosso do Conselho para esta solicitação. A Conselheira Tamara apontou que no atual contexto de enxugamento de gastos é muito difícil esta solicitação ser atendida. A Conselheira Ana Sofia se disponibilizou para ajudar na redação da carta junto à Conselheira Andressa, que será assinada por todos os Conselheiros da sociedade civil. A Presidente Marcia deu a boas vindas e agradeceu a presença de um grupo de migrantes na reunião e informou que a reunião do Conselho ocorre mensalmente e convidou-os a comparecerem. A Conselheira Regina reiterou o convite e informou sobre a realização, no dia seguinte, pela SEJUF de um evento na Praça Rui Barbosa em comemoração ao aniversário de Curitiba e do dia do idoso onde serão disponibilizadas informações e atendimentos sobre os direitos dos idosos, mulheres, refugiados, migrantes, apátridas e outros grupos. Ainda, informou sobre o lançamento de um aplicativo pela SEJUF do aplicativo Paraná Serviços para o cadastramento de profissionais autônomos e oferecimento de serviços. O Conselheiro João Guilherme registrou o esforço dos Conselheiros da SEEC em participar da reunião. Ainda, ressaltou que em casos de renovação de representação, as Secretarias de Estado e entidades devem oficiar a Secretaria-Executiva do Conselho para a tramitação da troca de Conselheiros. Elizete se despediu do Conselho e desejou boa sorte a nova gestão. A Conselheira Andressa informou que a ARAS estava em diálogo com a Universidade Estadual de Maringá para que as vagas remanescentes dos vestibulares fossem abertas para refugiados, migrantes e apátridas. Para a ocupação das vagas, os candidatos devem prestar o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, e, como não existe nota de corte, os mesmos não podem zerar nenhuma área do conhecimento na prova. **9. Encerramento:** A Presidente Marcia agradeceu a presença de todos e, sem mais a ser tratado, a reunião foi encerrada. A presente Ata foi lavrada por Geisiele Lopes Mazza Ribeiro e Karen Gabriela dos Santos Silva, da Divisão de Apoio aos Conselhos – Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DAC/DEDIHC) e, após sua leitura e aprovação, será anexada uma cópia da lista de presença assinada pelos presentes nesta reunião.